



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**RIVÂNIA SOUZA DA SILVA**

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A PESCA NO RIO TOCANTINS POR  
MEIO DA HISTÓRIA ORAL: AS MARGENS SOBRE A PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO POPULAR**

**Tocantinópolis, TO**

**2021**

**Rivânia Souza Da Silva**

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A PESCA NO RIO TOCANTINS POR  
MEIO DA HISTÓRIA ORAL: AS MARGENS SOBRE A PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO POPULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da UFT - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, para obtenção do título de Pedagoga, sob orientação da Professora Dra. Lisiane Costa Claro.

**Tocantinópolis - TO**

**2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S586p Silva, Rivânia Souza da.

A produção de conhecimento sobre a pesca no rio Tocantins por meio da História Oral: As margens sobre a perspectiva da Educação Popular. / Rivânia Souza da Silva. – Tocantinópolis, TO, 2021.

50 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2021.

Orientadora : Lisiane Costa Claro

1. Saberes inerentes à pesca artesanal. 2. História Oral. 3. Educação não formal e informal. 4. Educação Popular. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

RIVÂNIA SOUZA DA SILVA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A PESCA NO RIO TOCANTINS POR  
MEIO DA HISTÓRIA ORAL: AS MARGENS SOBRE A PERSPECTIVA DA  
EDUCAÇÃO POPULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da UFT - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, para obtenção do título de Pedagoga, sob orientação da Professora Dra. Lisiane Costa Claro.

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lisiane Costa Claro. Orientadora, UFT

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Andrade Pereira. Examinadora, UFT

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cássia Ferreira Miranda. Examinadora, UFT

"Dedico este estudo às minhas filhas Thalia e Ana Beatriz, que são minhas fontes de inspiração. A Aninha, como era carinhosamente chamada, foi levada pelo Papai do Céu, mas permanece viva em nossas memórias e em nossos corações."

## AGRADECIMENTOS

Certamente, estes parágrafos não serão suficientes para mencionar o nome de todos que fizeram parte dessa fase tão importante da minha vida.

Inicio expressando minha gratidão a Deus, o dono da minha vida, por me proporcionar chegar até aqui. Em seguida, agradeço aos meus pais, José de Ribamar Alves e Remivâne Dias, fundamentais nessa jornada.

Também estendo meu agradecimento ao meu esposo, Railton Lima, pelo apoio constante ao longo dos anos dedicados à universidade.

Às minhas irmãs, Rennilse Dias e Soraia Dias, em especial a Soraia, minha companheira de jornada. Juntas, enfrentamos desafios, subindo e descendo as ladeiras de Tocantinópolis, e superamos adversidades, sob sol e chuva. Sou grata por essa experiência única; além de colega, você é minha irmã. Agora, ao olharmos para trás, percebemos que trilhamos os caminhos para a liberdade.

Expresso minha sincera gratidão aos amigos que me incentivaram e que foram parte integral desta fase tão significativa da minha vida. Reconheço que, mesmo dedicando estes parágrafos, não serei capaz de mencionar todos os nomes, e por isso peço desculpas a todos.

Dirijo-me também aos colegas de turma, manifestando minha gratidão pelo tempo que compartilhamos juntos. Sinto saudades de cada um de vocês.

À minha orientadora, Lisiane Costa Claro, expresso meu profundo agradecimento por ter sido sua orientanda. Agradeço por ter me ensinado a ter um olhar mais humano, por incentivar nos momentos de angústia e pela paciência demonstrada. Com sabedoria, recordo suas palavras de encorajamento, "Calma, vai dar tudo certo". Muito obrigada.

Finalmente, estendo meu reconhecimento a todos os professores que contribuíram para minha formação e ao GEPHEA, grupo de estudo que desempenhou um papel fundamental no meu crescimento, tanto profissional quanto pessoal.

Nas mãos do povo, nas línguas da história: o desafio da nova sociedade. Como se descama o peixe, e com sal lhe devolve o gosto ardente que sacia a fome aguda de quem navega a liberdade, assim os pequenos e oprimidos, em passos de esperança, arrancarão de nossa história o medo e, com palavras vivas de quem luta, canta e clama, nutrirão as entranhas do tempo com o sangue do direito e da justiça. Homens e mulheres, cada ser do universo, construirão o movimento inesgotável da libertação definitiva”. (Desafio, poema de Pe. Josimo Tavares).

## RESUMO

A atividade de pesca artesanal é importante e faz parte da vida de ribeirinhos e comunidades pelo Brasil. Muitas vezes, essa atividade, dotada de saberes e experiências tradicionais, se torna essencial para diversos grupos que dependem da pesca para renda ou consumo. Esses conhecimentos são diversificados e inerentes à atividade. Desse modo, é importante compreender os conhecimentos produzidos a respeito da pesca, especialmente no Rio Tocantins, por meio da História Oral, levando em consideração a diversidade e a importância dos saberes relacionados à atividade da pesca e sua contribuição para a produção de conhecimentos científicos. Para essa finalidade, foram realizados caminhos metodológicos de pesquisa qualitativa para a produção dos dados apresentados e discutidos neste trabalho, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica, com base nos estudos de autores como: Freire (1987), Brandão (2004), Gohn (2008), Gadotti (2005), dentre outros; realizou-se também, uma revisão com consulta de publicações através do Google Acadêmico sobre o rio Tocantins. Os métodos utilizados para a análise dos dados foram o hipotético-dedutivo, dedutivo, qualitativo. Os resultados obtidos apontam que os pescadores possuem uma variedade de conhecimento acerca da atividade de pesca, saberes que são adquiridos ao longo do tempo por meio de vivências e experiências pela prática da pesca e passados por gerações. Observou-se também, que esses saberes podem se perder devido ao resultado das mudanças tanto no meio ambiente quanto no modo de vida dos ribeirinhos e comunidades relacionadas ao rio e neste sentido a História Oral se apresenta com um caminho fundamental para o resguardo das memórias e saberes vinculados a estes fenômenos. Além disso, demonstrou-se como a Educação não formal se constitui como importante instrumento de resistência e reafirmação de grupos ligados ao rio por meio de movimentos sociais, associações, colônias e outros.

**Palavras-chave:** História oral. Educação não-formal. Saberes. rio Tocantins.

## ABSTRACT

Artisanal fishing is an important activity and is part of the lives of riverbank dwellers and communities throughout Brazil. Many times, this activity, endowed with traditional knowledge and experiences, becomes essential for several groups that depend on fishing for income or consumption. This knowledge is diverse and inherent to the activity. Thus, it is important to understand the knowledge produced about fishing, especially in the Tocantins River, through oral history, taking into account the diversity and importance of knowledge related to fishing activity and its contribution to the production of scientific knowledge. For this purpose, three methodological research bases were used to collect the data presented and discussed in this paper, characterized as bibliographic research, based on the studies of authors such as Freire (1987), Brandão (2004), Gohn (2008), Gadotti (2005), among others; data collection with consultation of publications through Google Scholar about the Tocantins River. This knowledge has been acquired over time through experiences in the practice of fishing and passed on through generations. It was also observed that this knowledge can be lost due to the result of changes in both the environment and the riverine and river-related communities' way of life. Moreover, it was shown how non-formal education is an important instrument of resistance and reaffirmation of groups connected to the river through social movements, associations, colonies, and others.

**Keywords:** Oral history. Non-formal educativo. Know. Tocantins River.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA</b>	<b>11</b>
2.1 Revisão da Literatura como caminho das produções científicas	12
<b>3 EDUCAÇÃO POPULAR PARA MIRAR A EDUCAÇÃO E NÃO-FORMAL INFORMAL (ESPAÇOS DA PESCA ARTESANAL)</b>	<b>15</b>
3.1 A Pesca Artesanal no Rio Tocantins	15
3.2 Para além da Educação Formal: espaços de construção dos saberes	16
3.3 Educação Popular como concepção	20
<b>4 A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA ORAL PARA O TRABALHO COM AS “MARGENS”</b>	<b>28</b>
4.1 A História Oral, uma História do Tempo presente	29
4.2 Memória e História	34
<b>5 TECENDO RESULTADOS</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em razão da riqueza hídrica no Brasil, a atividade da pesca artesanal faz parte da vida de milhares de povos ribeirinhos e comunidades tradicionais; muitos desses grupos dependem da pesca para consumo e renda.

De acordo com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), em 2017, havia 1.052.711 pescadores artesanais cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) em todo o país. Santos (2019, p. 33201) afirma que a pesca artesanal é um trabalho antigo, "em que aqueles que a realizam são detentores dos conhecimentos práticos essenciais para a execução de tal atividade, com destaque para a simplicidade na produção e utilização dos instrumentos de trabalho".

A pesca abrange uma série de saberes técnicos, bem como aqueles repletos de subjetividade que emergem da sua prática cotidiana, conhecimentos pautados nas experiências e observações em relação ao meio ambiente. No entanto, as mudanças que vêm ocorrendo no modo de vida e trabalho desses pescadores interferem diretamente na manutenção, bem como na valorização destes saberes.

Diante disso, considerando a dimensão educativa inerente à atividade da pesca, este estudo explora a produção de conhecimento científico por meio da História Oral, destacando a importância da Educação Popular – não formal e informal, para ampliar o acesso ao saber sobre a pesca e a vida vinculada ao rio Tocantins.

A pesquisa possui pertinência social e científica, uma vez que contribui para a valorização dos saberes tradicionais, bem como implica no desenvolvimento de um olhar crítico sobre os trabalhos que vêm sendo produzidos sobre o tema e a importância deste tipo de produção para a preservação da história e para o resguardo da memória dos ribeirinhos. Além disso, a pesquisa amplia a produção bibliográfica sobre a temática.

Acredita-se que o presente estudo contribua para o desenvolvimento de novas pesquisas e ações no que se refere à prática educativa existente em outros contextos, para além da sala de aula - questão tão defendida pela concepção da Educação Popular, como será abordada ao longo do estudo.

A motivação em estudar essa temática surgiu a partir da experiência que a disciplina de Fundamentos e Metodologia do Ensino de História proporcionou ao trabalhar diretamente com o registro de História Oral, tendo como temática as memórias ligadas ao Rio Tocantins.

Esse interesse se intensificou ainda mais após a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes (GEPHEA) vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT) e ao projeto Saberes Populares e sua Geracionalidade na Educação Informal, como bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC).

O projeto buscou compreender as relações de produção de saberes populares por meio da educação informal nos espaços de pesca artesanal no município de Tocantinópolis e região e esteve ligado a um projeto de pesquisa mais abrangente, intitulado "Educação popular, ambiente e cura: a universidade e os saberes outros", vinculado ao Grupo de Estudos sobre Educação Ambiental e Sustentabilidade - GEAS.

Neste sentido, é salutar fazer o seguinte questionamento: Quais conhecimentos vêm sendo produzidos sobre os aspectos educativos da Pesca no Rio Tocantins por meio da História Oral?

Com esta questão central, este estudo tem como objetivo geral: Compreender quais são os conhecimentos produzidos sobre a pesca no Rio Tocantins por meio da História Oral, considerando seus aspectos educativos.

Especificamente, o estudo objetiva: 1) Relacionar a concepção da Educação Popular com a Educação não-formal e informal como contributo ao olhar dos aspectos educativos inerentes à pesca. 2) Compreender a relevância da História Oral e da memória na produção do conhecimento sobre a pesca no Rio Tocantins.

O presente trabalho está estruturado em 4 capítulos. O primeiro capítulo reporta-se aos caminhos metodológicos, delineamentos e procedimentos utilizados na pesquisa. O segundo capítulo traz os principais referenciais teóricos da Educação Popular, Educação Não Formal e Informal que sustentam o estudo. O Terceiro capítulo aborda a História Oral e sua contribuição para o trabalho com sujeitos silenciados historicamente. O Quarto e último capítulo apresenta a análise e discussões na pesquisa realizada. Por fim, apresentam-se as considerações do estudo.

## **2 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA**

A metodologia no trabalho científico abrange, método de abordagens, técnicas e procedimentos. Minayo (2001, p.16) ressalta como “O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade[...] enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem a teoria e a metodologia andam juntas”. A metodologia é compreendida, neste sentido, como uma articulação entre os conteúdos e os pensamentos. Trata-se de um conjunto

de técnicas que deve servir de instrumento nítido e coeso, podendo encaminhar os impasses teóricos para o desafio da ação (MINAYO, 2001).

Para a realização desta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa por entender que ela se preocupa em compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais, com aspectos da realidade que não podem ser mensurados. Minayo (2001, p.22) afirma que a abordagem “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” Por esta compreensão, identifica-se que a abordagem atende a proposta pautada na produção do conhecimento, a qual carrega elementos subjetivos inerentes ao ato de pesquisar, seus objetivos e bases de constituição.

Para Ramires e Pessoa (2013), a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que existe uma relação dinâmica entre o sujeito e o mundo real, uma relação indissociável entre sujeito, objeto e sua postura interpretativa, podendo tornar-se num campo tenso e com conflitos internos.

Gerhardt e Silveira (2009, p.32) apontam para alguns riscos e limites da pesquisa qualitativa, nos quais o sujeito pesquisador deve estar atento, a fim de obter resultados mais fidedignos possíveis, tais como: “excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objeto estudado”. Contudo, considera-se que essa abordagem de pesquisa seja fundamental para compreensão de aspectos nos quais os dados não podem ser coletados por outra abordagem.

## **2.1 Revisão da Literatura como caminho das produções científicas**

A revisão da literatura ou revisão bibliográfica apresenta as principais ideias já abordadas por diferentes autores e autoras que trataram do problema e se caso necessário, possibilita levantar dúvidas e críticas. Para Silva e Menezes (2005) a revisão da literatura demonstra, com base na compilação crítica e retrospectiva de publicações diversas, o nível de desenvolvimento do tema pesquisado.

Os trabalhos de revisão podem ser definidos como estudos que investigam de forma minuciosa as produções bibliográficas dentro da área temática estabelecida, dentro de um recorte de tempo, concedendo ao pesquisador uma visão geral ou uma mostra do estado da

arte sobre um determinado tópico, tornando evidente novas ideias e métodos que têm maior ou menor destaque atribuído na literatura selecionada (NORONHA; FERREIRA, 2000).

Segundo Silva e Menezes (2005), para que se faça uma boa revisão da literatura é aconselhável que o pesquisador adote a metodologia de pesquisa bibliográfica. Para Marconi e Lakatos (2003), a finalidade desse tipo de pesquisa é colocar o pesquisador face a face com o que já foi dito, filmado ou escrito sobre o assunto escolhido. Diferentes registros disponíveis como livros, artigos, teses etc. tornam-se fontes para a pesquisa, de modo que a pesquisa bibliográfica não se confunde com uma repetição de algo já anunciado sobre certo assunto, mas proporciona o exame de um tema sob novo foco, capaz de possibilitar conclusões inovadoras (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Por se tratar de um método de pesquisa que abrange um leque de fenômenos muito mais amplos do que aquele que poderia ser pesquisado diretamente, Gil (2008) aponta para alguns cuidados necessários:

Estas vantagens da pesquisa bibliográfica têm, contudo, uma contrapartida que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa. Muitas vezes as fontes delineamento da pesquisa secundária apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente (GIL, 2008, p.51).

A coleta de dados pode ser feita por meio de consulta às publicações que se relacionam ao tema em estudo, seguida da leitura criteriosa dos títulos e dos resumos. Janus (2004) nomeia essa fase de “leitura inspeccional ”: onde o objetivo é identificar qual texto merece uma leitura mais aprofundada, Severino (2017) ressalta que nem tudo interessa ao tema a ser estudado e por isso há necessidade de um olhar atento frente ao documento que não for pertinente ao tema, pois ele deve ser colocado de lado.

Com base em todos estes apontamentos abordados, foi realizado um levantamento sobre os referenciais do estudo: Educação Popular e sua relação com a Educação não-formal e informal; e, História Oral e Memória. Diante dos aportes teóricos, posteriormente, realizou-se uma revisão de literatura com base no banco de dados “*Google Acadêmico*” quanto à produção científica sobre os conhecimentos que vêm sendo produzidos referentes aos aspectos educativos da Pesca no Rio Tocantins por meio da História Oral.

Foram adotados alguns critérios de exclusão e inclusão para o levantamento das produções a serem analisadas. Dentro dos critérios de inclusão, foram elencados: a) Artigos científicos; b) documentos no idioma português; c) textos autorais com pelo menos um dos pesquisadores e/ou pesquisadoras do campo da Ciências Humanas (visto que, o estudo em questão é do campo da Educação); d) artigos que abordam a pesca do Rio Tocantins nos estados do TO e MA (considerando que o trabalho de conclusão de curso é de um Campus localizado neste contexto); e) estudos que demonstrem respostas a pergunta estabelecida. Foram utilizados como critérios de exclusão: a) artigos não publicados em revistas científicas e/ou periódicos; b) artigos que apesar de citarem a metodologia da História Oral, não apresentam os referenciais da História Oral em sua construção teórico-metodológica.

Para a busca foram definidas as seguintes palavras-chave: Rio Tocantins; História Oral; Pesca; Educação. Após esta triagem, considerando os referenciais teóricos que subsidiam o estudo, foi realizada a análise das produções em busca de elementos que se demonstraram relevantes para o trabalho, que servem para articular as ideias para novas conclusões que se desenvolvem.

De acordo com Severino (2017) os elementos a serem selecionados dão subsídio à autoria do trabalho, consolidando, e/ou justificando suas ideias. Esses elementos recolhidos de diversas fontes, possibilita ao autor uma maior objetividade, embasado no testemunho e na verificação de diferentes pensadores.

Ao ser considerada a relevância de compreender o que a literatura vem apresentando sobre a pesca no Rio Tocantins, por meio da História Oral, de modo que se compreenda os aspectos educativos deste fenômeno, uma tabela foi elaborada para que as produções sejam apresentadas em ordem coerente e coesa. A sistematização se deu da seguinte forma: título, periódico, ano de publicação, autores, filiação, objetivos e considerações.

No que tange a análise e discussões da pesquisa Silva e Menezes (2005,p.100)

Descrevem analiticamente os dados levantados, através de uma exposição sobre o que foi observado e desenvolvido na pesquisa. A descrição pode ter o apoio de recursos estatísticos, tabelas e gráficos, elaborados no decorrer da tabulação dos dados. Na análise e discussão, os resultados estabelecem as relações entre os dados obtidos, o problema da pesquisa e o embasamento teórico dado na revisão da literatura. Os resultados podem estar divididos por tópicos com títulos logicamente formulados.

Portanto, esta fase de análise e interpretação dos dados é muito relevante para a pesquisa em questão, pois segundo Marconi e Lakatos (2003,) trata-se do exercício de evidenciar as relações entre o fenômeno da pesquisa e demais fatores. É nesta fase que se buscou responder à questão central deste trabalho.

Todavia, para que os caminhos metodológicos fossem efetivados, tornou-se necessário explicitar elementos de cunho conceitual que se apresentam como matriz de referencial teórico.

### **3 EDUCAÇÃO POPULAR PARA MIRAR A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E INFORMAL (ESPAÇOS DA PESCA ARTESANAL).**

Este capítulo aborda o contexto da pesca artesanal, bem como seu conceito; além disso, apresenta as bases teóricas que buscam compreender de forma mais intensa a concepção da Educação Popular, uma vez que se trata de uma concepção que acolhe a produção de saberes e conhecimento nos espaços educativos não-formais e informais.

#### **3.1 A Pesca Artesanal no Rio Tocantins**

O rio Tocantins nasce no estado de Goiás. Com 2.416 km de extensão, é o segundo maior rio genuinamente brasileiro, ficando atrás apenas do Rio São Francisco. Atravessa os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e desemboca na Baía de Marapatá no estado do Pará (PARENTE, 2019). O rio abastece cidades inteiras, e dele dependem direta ou indiretamente milhares de famílias, incluindo os pescadores artesanais.

A atividade pesqueira no Brasil é regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que classifica a pesca como comercial (artesanal e industrial) e não comercial (científica, amadora e de subsistência). A pesca artesanal, de acordo com a referida lei, é “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”.

O termo "artesanal" está ligado à ideia de artesão, ao controle do que pescar e como pescar, à arte da pesca. O que difere seu trabalho de outro tipo de artesão é que “não é estático, exigindo um constante saber-fazer dos trabalhadores da pesca artesanal sobre um meio em constante movimento e transformação” (RAMALHO, 2006, p.52).

A pesca artesanal exerce grande importância no cenário nacional. E embora seu trabalho seja relevante para a economia do país, a atividade do pescador artesanal vai além de uma profissão, pois está ligada ao seu modo de vida, aos seus saberes, suas crenças e tradições que são passadas de geração a geração, caracterizando a pesca artesanal com o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais. Para Cunha (2000, p.107) “O ato do saber-pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individual ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza.”

Diegues (2004) afirma que o conhecimento tradicional pode ser entendido como uma série de saberes e saber-fazer referentes ao mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Dito isto, os pescadores artesanais fazem parte do grupo que compõe os povos e comunidades tradicionais.

Povos e comunidades tradicionais são reconhecidos pelo Decreto 6.040, de 2007, como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Claro (2014) salienta que o termo “transmissão pela tradição” pode remeter à ideia ingênua de que os povos vivem isolados, como se seus hábitos e formas de viver permanecessem fixos, engessados, sem que houvesse mudanças ao longo do tempo. É necessário que não se idealize ou estigmatize as comunidades tradicionais nesse sentido.

No que se refere à transmissão do conhecimento da pesca, Diegues (2004, p. 202) afirma: “Aprende-se vendo como os outros fazem, sobretudo os mais velhos e experientes.” Entende-se que existe uma educação informal no âmbito da pesca artesanal, que ocorre principalmente entre membros da família. Em uma perspectiva de Educação Popular, esses saberes são legítimos, contrariando o que muitos, embasados na ciência oficial, caracterizam como senso comum.

### **3.2 Para Além da Educação Formal: Espaços de Construção dos Saberes**

Ninguém escapa da educação; o ser humano está sujeito a ela todos os dias e em diferentes ambientes, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola. Nesse sentido, Brandão (2004) mostra que se vive constantemente em situações que envolvem aprendizagens, bem como destaca que não há uma única forma nem modelo, nem um único lugar onde ela possa acontecer.

Embora a concepção de educação esteja fortemente ligada ao espaço escolar, ao ponto de não ser observada em outros espaços, ela está implícita em muitas práticas cotidianas e integra as mais variadas práticas sociais de diferentes grupos. Até mesmo nas sociedades chamadas “primitivas” (ou pré-modernas), crianças e jovens aprendiam sobre a vida adulta por meio das relações cotidianas.

De acordo com Brandão (2004), a educação ocorre sob vários modos e é realizada em situações distintas, podendo parecer um elemento invisível, exceto nos lugares onde há o registro “pendurado na porta” com sua identificação. No mesmo sentido, Gohn (2008) evidencia que na educação formal os ambientes são normatizados com regras e padrões de comportamento previamente definidos.

Nas sociedades em que não foi pensado um modelo de educação formal, ou escolar, a educação existe através da disseminação do saber de uma geração para outra. Neste contexto, Brandão apresenta que:

As pessoas convivem uma com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e- aprende. Mesmo quando os adultos encorajam e guiam os momentos e situações de aprender de crianças e adolescentes, são raros os tempos especialmente reservados apenas para o ato de ensinar. (BRANDÃO, 2004, p.18).

Assim, mediante a inferência, entende-se que, quando as crianças observam adultos fazendo arcos e flechas, quando as mulheres ensinam as meninas a colher plantas para a confecção de cestos, a cozinhar ou a identificar a melhor argila, existe uma prática pedagógica advinda de trocas interpessoais. No que se refere à educação, pode-se dizer que ela aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle do ensinar-e-aprender. (BRANDÃO,2004).

No entanto, o autor aponta que quando a sociedade se encontra em um estágio mais complexo, onde a questão da divisão do trabalho e poder passam a ser discutidos, as relações de ensinar e aprender passam a ser percebidas como um problema dentro de uma sociedade, é a partir daí que se começa a pensar em uma organização desse processo.

A relação da educação com o trabalho está intimamente ligada, pois nas sociedades pré-modernas, quando o poder que representa a ordem é dividido e surge uma hierarquia, a transmissão do saber já não se torna mais comum a todos da tribo (BRANDÃO, 2004). Assim, o saber passa a ser distribuído desigualmente, demonstrando uma divisão social do

saber e dos agentes e usuários do saber. Por meio dessas divisões, surgem novas categorias de ensino com saberes especializados.

A educação escolar é recente na história, tanto das sociedades primitivas quanto das sociedades mais complexas; a educação da maneira como a conhecemos surgiu na Grécia. Para os gregos, não existia nada tão perfeito quanto um homem educado, uma educação que preparava o bom cidadão, com a intenção da plena participação do homem na Pólis. No entanto, esta educação demonstra profundamente seu aspecto dualista, carregado de uma oposição que até os dias atuais se faz presente.

O ensino voltado para o “como fazer” era chamado pelos gregos de *tecne* e era destinado aos trabalhadores manuais; já o ensino voltado às normas de vida, para que seja um homem livre e possivelmente nobre, era chamado de *teoria*. A educação dos nobres era voltada para pensar e comandar e não para fazer ou construir.

Gohn (2008) ressalta a problemática da educação não formal e o poder da cultura na sociedade contemporânea. Um ponto importante que a autora aborda é o que diferencia a educação não-formal da educação informal, seria a intencionalidade, no caso encontrada na educação não-formal. Já a educação informal ocorre através do processo espontâneo, como a educação familiar.

Considera-se a educação não-formal como uma área de conhecimento ainda em construção, uma vez que no Brasil, até os anos de 1980, a educação não-formal não tinha muita importância, tanto entre educadores quanto nas políticas públicas, pois todas as atenções estavam voltadas à educação formal (GOHN, 2008). Em decorrência das mudanças na economia, a partir dos anos 90, a educação não-formal passou a se destacar, valorizando cada vez mais os processos de aprendizagens em grupos a falarem sobre uma cultura organizacional, na qual exigia o aprendizado de habilidades fora do ambiente escolar.

A educação oficial ministrada por entidades públicas ou privadas, denominada de educação escolar, é uma (muito importante, direito fundamental) das formas de educação e não a única. No que diz respeito à educação não-formal, Gohn (2008) salienta um processo com quatro campos equivalentes à sua área de abrangência.

A primeira refere-se à conscientização dos indivíduos acerca de seus interesses e do meio social que os cercam; ao participar de um conselho escolar, por exemplo, o indivíduo poderá desenvolver essa aprendizagem. O segundo é a capacitação do indivíduo para o

trabalho. O terceiro trata-se da aprendizagem e exercício de práticas de preparar os indivíduos a se organizarem com objetivos da aprendizagem. O quarto seria aprendizagem dos conteúdos e da escolarização formal em espaços diferenciados. A autora também cita um quinto campo que seria a educação desenvolvida pela mídia.

Para Gohn (2008), a educação não formal se desenvolve em diferentes espaços como: no bairro, associação de moradores, nos movimentos sociais, sindicatos, na Organização não Governamental, em espaços que apresentam aspectos políticos.

Na educação não-formal, destaca-se a flexibilidade tanto no aspecto temporal da aprendizagem quanto na definição dos conteúdos, alinhados aos objetivos do grupo, diferenciando-se assim dos espaços e tempos mais estruturados da educação formal.

Já a educação informal é aquela que o sujeito aprende por meio do seu processo de socialização: na família, no clube, no bar, etc. A educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida onde o compartilhamento de experiências tem um papel bastante significativo. Gohn (2008) explica que o termo “não-formal” também é usado por alguns estudiosos como sinônimo de informal, o que ela discorda. Em consonância com a autora, Gadotti (2005) aponta que a educação não-formal também é uma atividade educacional e sistemática, no entanto ocorre fora do sistema formal. Talvez por esse motivo seja erroneamente chamada de educação informal.

Na educação informal, os agentes educadores são os pais, amigos, meios de comunicação de massa, tem seu espaço educativo demarcado por questões de religião, sexo, etnia, idade etc. Um exemplo: a casa onde mora, local onde nasceu, na igreja ou outro espaço onde se vincula a sua crença.

Assim, a educação informal acontece em ambientes onde as relações sociais acontecem segundo os gestos, preferências, pertencimentos herdados etc. Isso é, diferente da ênfase e intencionalidade que há na ação da educação não formal, que é presente no ato de aprender, transmitir, ou de trocas de saberes. A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e expressar o uso da linguagem, trata-se do processo socialização dos indivíduos.

Por outro lado, para Gohn (2008), é a educação não-formal que capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, uma vez que a finalidade é "abrir janelas de conhecimento" sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são

dados de início; vão se construindo no processo interativo, gerando um processo educativo. A consolidação de informação e formação política sociocultural é uma meta na educação não-formal.

Gadotti (2005) nos revela a ambiguidade do termo não-formal, pois acaba se definindo oposta a outra modalidade de educação, comumente definida por uma ausência em comparação à formal, tomando-a como um modelo único de educação, de maneira que a educação formal não pudesse aceitar a informalidade.

Para o autor, a educação formal tem objetivos específicos e é caracterizada principalmente pelas escolas e universidades, tem um currículo organizado e segue uma hierarquia. A educação não-formal é menos burocrática, os programas voltados para ela não precisam obrigatoriamente seguir um sistema sequencial, a duração é variável e podem, ou não, oferecer certificados de aprendizagens.

A compreensão destes âmbitos educativos, tanto os não-formais quanto os informais, é imprescindível para a análise das produções que abordam a pesca no rio Tocantins, porque os sujeitos que realizam a pesca em seu cotidiano, como parte de sua vida e/ou base de trabalho, constituem espaços de educação não-formal (como as pessoas pescadoras vinculadas às Colônias de pesca, associação de pesca e/ou comunidades e povoados) e espaços de reprodução de saberes próprios da atividade pesqueira no âmbito familiar e comunitário.

Contudo, há concepções que desvalorizam os saberes não-institucionalizados, aqueles construídos fora de um âmbito escolar e/ou científico. Para reconhecer os aspectos educativos presentes nas produções científicas que abordam a pesca no rio Tocantins, aposta-se na Educação Popular como uma concepção que acolha estes saberes como legítimos e que convidem à problematização destes diversos modos de ser, viver, ensinar e aprender.

### **3.3 Educação Popular como concepção**

Atualmente, a Educação Popular (EP) tem sido palco de constantes debates, principalmente diante do contexto sócio-político vigente. Mas o que é Educação popular, como ela surge no Brasil e por que incomoda tanta gente?

Em resposta, acredita-se que a Educação Popular incomoda pelo fato de se opor à lógica dominante. Para Zitkoski (2017, p.75), “Por resistir a se tornar um exercício

pedagógico fechado e/ou institucionalizado, a EP se torna a possibilidade prática da crítica dos sistemas hegemônicos e institucionalmente estruturados numa lógica do controle social.”

Corroborando com essa ideia, Pereira (2020, p.34) “a Educação Popular assume sua importância, na medida em que promove a resistência contra a opressão e a exploração, levando ao processo de libertação das camadas populares.” Assim, é de suma importância que as classes oprimidas se reconheçam enquanto oprimidas e tomem consciência dos problemas que lhes afetam.

A Educação Popular constitui-se como um instrumento de conscientização e politização. Brandão e Fagundes (2016) ressaltam que a educação popular se revela como um movimento de trabalho político com as classes populares por meio da educação. Em consonância, Freire (1993, p. 19) entende a Educação Popular como o “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica [...] Em uma primeira ‘definição’ eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política.” Portanto, é importante frisar que a Educação Popular não é uma educação tradicional, hegemônica, verticalizada e autoritária, não se limita ao conhecimento técnico a ponto de negar os saberes dos sujeitos advindos de suas vivências e experiências.

Pautada na compreensão de educação mais solidária e horizontal, Pereira (2020, p. 29-30) resalta: "A Educação Popular é um processo de valorização do contexto, identidade, cultura e saberes que compreende outras formas de estar e conhecer o mundo, numa visão mais integral da realidade." Sendo assim, a Educação Popular estimula a produção do conhecimento e é repleta de intencionalidade.

Segundo Paludo (2015, p. 220), enquanto prática educativa e campo do conhecimento, a Concepção de Educação Popular "se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra-hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida". Portanto, a busca por melhoria e por uma vida mais digna é historicamente uma marca forte da participação das classes populares nos movimentos sociais.

Para Paludo (2015), durante os séculos XVII e XVIII, na atitude de classe revolucionária, a burguesia destruindo a ordem feudal acabou consolidando o capitalismo que instigou a construção de um Estado para reconhecer e atender aos seus interesses. Consolidando, ainda, o ideário da escola pública como de massas, gratuita e leiga.

Paludo (2015) ressalta que houve a invasão, a expropriação, a exploração e a colonização do território e povo da América Latina, inicialmente pelos espanhóis e portugueses, e posteriormente pelos ingleses, chegando até os norte-americanos. Em sentido próximo, Streck (2006) destaca o processo de destruição, extermínio e escravidão, os quais fizeram parte dessa construção. Isso evidencia que tais invasões destruíram as culturas indígenas e africanas, marcando a história da construção da América Latina com violentos conflitos.

Neste cenário, cabe destacar as lutas anteriores à independência, nas quais as populações menos favorecidas resistiam à consolidação da ordem burguesa, com movimentos liderados por negros, criollos, indígenas, mestiços e brancos de camadas menos privilegiadas.

pode-se lembrar da revolta dos índios descendentes dos incas, liderada por TúpacAmaru, no Peru, ocorrida no século XVI; e de Zumbi dos Palmares, brasileiro, que se manteve durante todo o século XVII. No período das lutas pela independência, no século XVIII e início do XIX, destacam-se Simón Bolívar (1783-1830), venezuelano, e José de San Martín (1778-1850), argentino. No período pós-independência, houve também revoluções, como a mexicana, em 1910, liderada por Zapata; a boliviana, em 1952; a cubana, em 1959, e a nicaraguense, nas décadas de 1960-1970. (PALUDO, 2015, p.223)

O período pós-independência dos países da América Latina também foi marcado por lutas. O nascimento de nações independentes não garantiu que deixassem de ser exploradas e servis; a cultura dos povos tradicionais não foi valorizada, e a exploração do trabalho não diminuiu. Streck (2006) salienta que, ao longo da história, a sobrevivência fez parte da experiência de vida dos povos escravizados, dos negros, dos indígenas, dos imigrantes e das populações mais pobres que ficaram à margem da sociedade em nome do progresso, da civilização ou simplesmente da ganância das classes dominantes.

Para Streck (2006), sobreviver dentro desse cenário é uma arte e aponta para uma pedagogia pouco conhecida, gerada longe da formalidade oficial, no oculto, denominada pelo autor como "pedagogia da sobrevivência". Essa pedagogia é caracterizada por saberes que partem das necessidades de alimentar-se, curar-se, em suma, viver, e pode ser entendida como uma forma de legitimar seus conhecimentos. Ele destaca que "os dominados aprenderam as táticas do disfarce: sob a aparente aquiescência[...] mantinha-se a cumplicidade através das línguas originárias, das festas e de outros costumes." (STRECK, 2006, p. 279). Devido a esse processo de ensino feito de forma encoberta, permanecem vivas algumas crenças, costumes e saberes populares.

Ao analisar estratégias pedagógicas clandestinas, o autor destaca uma pedagogia da resistência: "A história da América Latina é também uma história da resistência, e tudo o que foi dito anteriormente poderia ser descrito como uma forma de resistir à dominação" (STRECK, 2006, p. 279). Fica evidente que o ato de sobrevivência é sem dúvida um ato de resistência, diferindo uma da outra pelo nível de intencionalidade existente na resistência.

Um aspecto importante ressaltado pelo autor, que nos leva a refletir sobre como sabemos pouco no que se refere aos processos pedagógicos que acontecem e aconteceram dentro dos movimentos de resistência. Um dos fatores que favorecem essa falta de conhecimento é o que a história oficial não contou: deixaram de fora as formas de organização e instrumentos de resistência dos índios, dos negros, dos pobres etc.

Para Paludo (2015), a Educação Popular se consolida nos processos de luta e resistência das camadas populares. Atrelada à educação e política, a EP enquanto concepção educativa que contribui para o processo de resistência e emancipação humana surge na América Latina.

Ao enfatizar as particularidades e a proposta da Educação Popular no contexto brasileiro, cabe mencionar que, desde 1949, a proposta de educação de base da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) traçava rumos para a educação de adultos, articulado à ideia de desenvolvimento econômico. Brandão (2016) ressalta que o analfabetismo, na visão capitalista, era considerado um mal do Brasil. Assim, o problema deveria ser extinguido, visto que era um fator determinante para o atraso do país.

Nessa direção, o currículo proposto baseava-se em conhecimentos, como: ler, escrever e calcular, considerados como aprendizagens suficientes para o desenvolvimento do pensamento. trabalhos na agricultura, técnicas comerciais, trabalhos caseiros e edificação, para promover o desenvolvimento profissional e o progresso econômico; desenvolvimento de habilidades domésticas, para poder trabalhar com crianças, enfermos e preparação de alimentos; meios de higiene pessoal e coletiva, para o desenvolvimento moral e intelectual, entre outro (BRANDÃO e FAGUNDES, 2016, p. 91-92)

Desta forma, o currículo da educação de base concebia um processo pedagógico com o ensino da leitura e escrita, assim como outras habilidades voltadas para a instrução profissional. Na década de 50, várias críticas foram feitas em relação às campanhas por sua natureza superficial, que não levava em consideração as especificidades da classe adulta, nem suas diferenças culturais. Educadores da época começaram a levantar debates acerca da Educação de Jovens e Adultos, preocupados com a educação destinada às camadas populares,

refletindo como esta não poderia ser mera transmissão de conhecimento (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

No fim dos anos 50 e início dos anos 60, surgiam os movimentos de base voltados à alfabetização de adultos. Em 1958, no Rio de Janeiro, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos; neste encontro, os educadores apresentaram diferentes posicionamentos em relação à nova perspectiva educacional. Nesta perspectiva Gomes (2020, p.41) ressalta:

A primeira documentação dessa ruptura encontra-se nas contribuições ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958, em especial, na contribuição da equipe de Pernambuco, da qual fez parte Paulo Freire, intitulada “A educação dos adultos e as populações marginais: problema dos mocambos” (RELATÓRIO, 2008 [1958], s. p.).

As mobilizações em defesa da Educação Popular marcaram esse período. Aqui, a visão que se tinha do analfabetismo não era mais a causa da situação de pobreza, mas um reflexo de uma sociedade desigual e injusta. Dessa forma, iniciou-se uma luta para mudar a concepção preconceituosa existente, onde o analfabeto era visto como incapaz.

Assim, Brandão (2016) aponta para uma ruptura inovadora na forma de pensar o processo de cultura e prática educativa.

Se por toda a parte existe na sociedade capitalista, desigual e excludente, uma invasão cultural do polo erudito/dominante sobre a cultura popular, um projeto de ruptura social da desigualdade, da injustiça e da marginalização de pessoas e comunidades populares deveria possuir uma dimensão também cultural. Nessa direção, as propostas de cultura popular dos anos 1960 propõem uma radical inversão, em termos do que se pensava como sendo “o processo da cultura”. E esta é a ruptura inovadora que repensa o processo da cultura e a prática da educação em seu interior, como uma contribuição revolucionária na questão da participação de intelectuais militantes e “comprometidos com o povo”, no bojo do próprio projeto popular de sua libertação. (BRANDÃO e FAGUNDES 2016,p.96).

De acordo com Brandão (2016), a discussão acerca da educação popular se alicerça no período pós-Segunda Guerra Mundial, conflito conhecido como Guerra Fria, e no Brasil caracterizado como o período de redemocratização. O Brasil vivia uma tensão estabelecida por duas propostas fortes, uma capitalista e outra socialista, sendo tais propostas influenciadas, de um lado, pelos Estados Unidos e Europa, e do outro, pela China, Cuba e União Soviética.

No início da década de 60, a educação popular ganha força no seio das organizações populares. A EP tornou-se possível a partir de inúmeras práticas voltadas à cultura popular, advindas da junção de intelectuais, religiosos, universitários e setores políticos. Neste sentido, Brandão ressalta que:

Surge no interior de grupos e movimentos a sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais, ou da federação. Surge como um movimento de educadores, que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou cultura popular, e se considerou como uma base simbólico- ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes. ( BRANDÃO; FAGUNDES, 2016, p.23).

Neste contexto, os autores ainda destacam que em 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou o Movimento de Educação de Base (MEB) em conjunto com o governo federal, considerado um programa importante de alfabetização. Seu objetivo era desenvolver um processo educativo por meio de escolas radiofônicas, abrangendo as zonas rurais dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foi uma mobilização do Estado e da Igreja Católica para a alfabetização em massa. Para se ter uma ideia da importância obtida pelo Movimento de Educação de Base - MEB, Scocuglia (2018, p. 47) ressalta que:

basta que se analisem suas realizações: presente em treze Estados, no início de 1964; manteve onze sistemas em 1961 e cinquenta e cinco em 1964; vinte e cinco emissoras transmitiam as aulas do MEB; entre técnicos, administradores e supervisores, trabalhavam quase seiscentas pessoas, em março de 1964; o número máximo de escolas radiofônicas (7.353) foi atingido em 1963; entre 1961 e fins de 1965, quando foi extinto, o número de alunos concluintes aproximou-se de 380.000.

Brandão (2016) destaca que as escolas rádio-telefônicas já não eram uma novidade para o país, visto que experiências como essa já haviam ocorrido na década de 1950 no estado do Rio de Janeiro.

Cabe destacar que a proposta de educação de base, originalmente, fazia parte do ideário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seus programas de educação para os povos subdesenvolvidos, e havia sido introduzida no Brasil a partir de 1947, pela Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos e pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com atuação significativa até meados dos anos de 1950. (BRANDÃO ,2016, p.91)

De acordo com Streck (2006), a educação popular surgiu à margem da sociedade, muitas vezes abertamente contra a educação formal. O autor ressalta que nos anos de 1970 e 1980 era comum encontrar argumentos contrários ou favoráveis a uma verdadeira educação popular dentro do sistema escolar, pois a natureza controladora era vista como algo inerente à ordem institucional na qual a escola está inserida.

Streck (2006) aponta para dois fatores importantes que ajudaram a definir novos caminhos na discussão sobre educação popular. O primeiro seria a ida de Paulo Freire para a Secretaria de Educação do estado de São Paulo. O segundo estaria relacionado ao envolvimento de governantes locais comprometidos com a proposta de educação popular.

Diferentemente do contexto da Ditadura Militar, os lugares voltados à educação de caráter transformador já não estavam tão evidentemente delimitados, e as linhas entre a

educação formal e não-formal tornaram-se mais permeáveis. Isso significa que a educação popular já não se restringia a igrejas, sindicatos e outros grupos de caráter popular.

Streck (2006, p. 274) destaca que a Educação Popular passou "a aproximar-se do lugar onde se gera o discurso pedagógico hegemônico, com todas as vantagens e com todos os riscos." Um dos riscos apontados pelo autor estava relacionado à própria identidade da Educação Popular, e as discussões sobre a "refundamentação" da educação popular evidenciavam que, ao abranger outros espaços e práticas educacionais, poderia perder sua essência ao se fixar como educação de todos.

Seria descabido defender para a educação popular um padrão de preceitos e ideias, pois historicamente não tinha um ponto de partida único nem um projeto único como ponto de chegada. O ponto de partida, defendido pelo autor, poderia ser os povos indígenas, os camponeses, as mulheres, diferentes segmentos com suas lutas, formas de organização e projetos.

O ponto de chegada poderia ser diversas formas, desde o crescimento de espaços dentro da sociedade existente até a criação de um novo modelo de sociedade semelhante ou totalmente distinto. Em relação ao amplo debate sobre a refundamentação da educação popular, Paludo (2015, p. 233) destaca:

É também nesse processo que ocorre a transformação do que antes foram as estruturas de mediação impulsionadas pela Teologia da Libertação, que há a transmutação dos Centros de Educação Popular para ONGs, que as matrizes teóricas da Educação Popular, anteriormente mencionadas, entram em crise, que muitos dos "intelectuais orgânicos" de outrora assumem o ideário da democracia liberal, que a dimensão cultural ganha um destaque forte, nas expressões diferenças e diversidades, que os vínculos entre a EP e a cultura distanciam-se da política, que a dimensão da luta das classes organizadas perde importância, que as categorias trabalho e classe social perdem força na análise da realidade, que a Educação de Jovens e Adultos perde relevância, que se rediscute o conceito de povo e de popular e que a necessidade do conhecimento científico para as classes populares sequer é mencionada.

Envolvido em cenários de lutas, Freire fez a leitura da realidade do Brasil e da América Latina, desenhando uma pedagogia que concebe diferentes abordagens filosóficas (TORRES, 1981), assim como práticas educativas populares que ocorriam em diferentes situações. Dessa forma, Freire torna-se um dos principais idealizadores e motivadores da educação popular, sendo uma das concepções de educação (PALUDO, 2010).

É imprescindível falarmos sobre educação popular e discutirmos, ainda que de forma breve, sobre a trajetória daquele que dedicou a vida à educação. Paulo Freire foi um educador, escritor e filósofo pernambucano, sendo uma figura de extrema importância para a educação

brasileira, especialmente quando se trata de uma educação pautada na emancipação e transformação social.

No início de 1963, por meio do projeto Aliança para o Progresso, Freire pôde colocar em prática o seu método de alfabetização. Germano (1997) destaca que Angicos tornou-se um símbolo para todos os interessados em Educação Popular. A pequena cidade situada no sertão do Rio Grande do Norte foi palco da experiência de Paulo Freire na alfabetização de adultos.

Seu trabalho ganhou grandes proporções tanto em âmbito nacional quanto internacional. O então presidente João Goulart, acompanhado do governador do Rio Grande do Norte Aluizio Alves, prestigiou a atividade de encerramento dos Círculos de Cultura. O cenário era bastante promissor para o campo da educação e cultura popular, e vários movimentos e campanhas foram implementados. A educação passou a ser visada por diferentes setores da sociedade.

No início de 1964, Germano (1997, p.391) ressalta que "ao ser instituído o Plano Nacional de Alfabetização, o método de Freire foi oficializado pelo governo brasileiro". Esse reconhecimento foi alvo de dura repressão. Nesse sentido, Freire foi considerado subversivo por uma classe contrária à criação de um Brasil mais justo e igualitário.

De acordo com o jornal El País, em uma publicação feita em outubro de 2019, o autor do texto, Sérgio Haddad, afirma que na Câmara dos Deputados, políticos conservadores se revezavam na condenação do método de alfabetização de Paulo Freire.

A reação das classes dominantes e dos seus aliados norte-americanos, de amplos setores das classes médias e das Forças Armadas redundou na deposição de Jango e na implantação de um regime político de cunho ditatorial cuja principal preocupação era estancar, conter, as mobilizações sociais. É claro que a repressão atingiu duramente o campo educacional, a educação popular. Entre os atingidos encontrava-se, evidentemente, Paulo Freire: preso, processado, exilado, considerado subversivo. (GERMANO,1997, p.391)

Durante o exílio, Freire iniciou sua jornada pelo mundo, percorreu mais 50 países aplicando o seu método.

Ao lado disso, tornou-se doutor honoris causa por 28 universidades, e 26 centros de pesquisas em educação recebem o seu nome em países como Brasil, Itália, Chile, Bélgica e Estados Unidos. As repercussões do pensamento do educador pernambucano podem ser avaliadas na obra organizada por Moacir Gadotti, intitulada Paulo Freire: Uma bibliografia, na qual cerca de 150 autores de todas as partes do mundo comentam a sua obra (GERMANO,1997, p.391).

Em 13 de abril de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 12.612, que passa a reconhecer o educador e filósofo Paulo Freire como patrono da educação brasileira. Com isso, Freire tornou-se uma figura emblemática, visto que seu pensamento ganhou adeptos no Brasil e no mundo.

O trabalho de alfabetização iniciado em Angico não se limitava apenas a ensinar jovens e adultos a ler e escrever, mas a aprender a ler o próprio mundo por meio de sua cultura. No livro "Pedagogia do Oprimido" (1968), considerado uma das obras mais importantes de Paulo Freire, o autor tece uma crítica à educação tradicional, bancária, na qual o ato educativo é visto como depositar ou transferir conhecimento, impedindo assim o poder criador dos alunos. Em resposta a essa abordagem educacional, Freire propõe uma educação problematizadora e libertadora. Freire (1987, p.33) evidencia que:

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Na educação bancária, os professores eram vistos como detentores do conhecimento, enquanto os alunos eram considerados recipientes vazios, passivos e prontos para receber o conteúdo. Infelizmente, algumas práticas da educação tradicional ainda reverberam atualmente, como a memorização mecânica e a apresentação de conteúdos desconectados da realidade do aluno, que fazem parte da prática de muitos professores.

Outra questão destacada pelo autor refere-se à importância do diálogo como meio de libertação, enfatizando que o diálogo é o oposto da manipulação e da dominação. “Na teoria da ação antidialógica, a manipulação, que serve à conquista, se impõe como condição indispensável ao ato dominador. Na teoria dialógica da ação, vamos encontrar, como oposto antagônico, a organização das massas populares” (FREIRE, 1987, p. 102).

A palavra é um direito de todos os seres humanos e não um privilégio de alguns, visto que é por meio dela que o ser humano se constitui ao dizê-la. Assumir conscientemente sua condição humana (FREIRE, 2011) viabiliza que o sujeito atribua sentido ao mundo e, agindo criticamente, aprenda a expressar as palavras de seu mundo. Esse é um processo contínuo de desvelar e revelar a realidade.

Diante dessa ênfase na concepção defendida pela Educação Popular, que considera os distintos saberes nos diferentes contextos educativos, em uma perspectiva libertadora, crítica e humanizadora, pondera-se a relevância dos trabalhos que enfatizam a palavra dos sujeitos historicamente oprimidos.

Por isso, considera-se relevante investigar a produção que destaca, como caminho metodológico para a compreensão de questões vinculadas à pesca no Rio Tocantins, os aspectos educativos da História Oral.

## **4 A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA ORAL PARA O TRABALHO COM AS “MARGENS”**

Este capítulo pretende expor de maneira sucinta o surgimento da História Oral em diferentes países do mundo, salientando a importância desta metodologia para o registro de narrativas de sujeitos que historicamente foram deixados às margens. Mostra como esta busca resgatar e registrar suas narrativas, oferecendo uma perspectiva inclusiva e mais abrangente da história, contrapondo-se à ausência de representação que grupos marginalizados enfrentaram ao longo do tempo.

### **4.1 A História Oral, uma História do Tempo presente**

Por séculos, boa parcela do conhecimento humano era transmitido oralmente, pois se tratava do principal meio de comunicação entre os homens, um instrumento essencial para transmissão e preservação da tradição de diferentes povos (LIMA, 2007), o autor ressalta a importância histórica da transmissão oral do conhecimento, reconhecendo-a como o principal meio de comunicação ao longo de séculos. Isso evidencia a riqueza cultural que a tradição oral proporcionou, sendo um elo fundamental na transmissão da herança cultural e na construção da identidade de diferentes comunidades ao redor do mundo.

Como procedimento metodológico, a História Oral caracteriza-se principalmente por ouvir e registrar as vozes de sujeitos que, normalmente, foram deixados de fora dos documentos oficiais e institucionais. Trata-se de uma metodologia que envolve a realização de entrevistas gravadas com pessoas capazes de testemunhar suas vivências, emoções e sentimentos. Nesse sentido, a História Oral pode ser compreendida como:

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989: 52). (Matos e Senna 2012, p.97)

Por muito tempo, as fontes orais foram deslegitimadas por parte dos historicistas mais clássicos. As críticas advindas estavam relacionadas à confiabilidade da fonte, pois consideravam os depoimentos orais como subjetivos devido à sua ligação com a memória, o que poderia resultar em falhas ou conter fatos irreais (GARNICA, 1998). Neste contexto, a História legitimava apenas estudos feitos com base em materiais escritos, denominadas fontes primárias.

Garnica (1998) aponta alguns exemplos de manipulação da memória escrita, alguns destes relacionados às adulterações de registro feitas propositalmente, impostas pelo poder dominante, de forma ideológica e historicamente reconhecidas. Outros exemplos trazem construções textuais tendenciosas construídas a partir de valores morais ou estéticos.

Garnica (1998) destaca a "damnatio memoriae", uma lei instituída pelo senado romano mencionada como exemplo. Essa lei possibilitava fazer desaparecer o nome do imperador defunto e de seus associados dos documentos e inscrições monumentais. O termo "damnatio memoriae" refere-se à condenação da memória, indicando uma prática que buscava apagar não apenas a existência física, mas também a presença histórica e a memória pública dessas figuras. Esse exemplo ressalta como as fontes escritas podem ser sujeitas a manipulações e decisões políticas, reforçando a ideia de que tanto fontes orais quanto escritas necessitam de análise crítica e contextualização para uma compreensão mais completa da história.

Cabe ressaltar que não é o intuito deste trabalho mostrar qual o melhor método de pesquisa, nem tampouco desmerecer a importância da escrita. De acordo com Alves (2016, p. 7), "ao se optar por trabalhar com fontes orais na HO, não se está abrindo mão do trabalho com documentos escritos como os arquivos. A perspectiva assumida pela HO inclui o diálogo necessário com outras fontes, além das orais". As fontes orais carecem de um minucioso trabalho de interpretação, com as entrevistas sendo transcritas para obter também um registro escrito dos relatos, ao lado de outras fontes, corroborando o registro das memórias.

No entanto, é de suma relevância destacar que não existe uma história verdadeira. Seria ingenuidade afirmar que um determinado método é infalível e que todos os fatos por ele registrados são legítimos. Nesse sentido, um dos pioneiros da História Oral considera que:

Em suma, as estatísticas sociais não representam fatos absolutos mais do que noticiais e jornais, cartas privadas, ou biografias publicadas. Do mesmo modo que o material de entrevistas gravados, todos eles representam, quer a partir de posições sociais ou de agregados, a percepção social dos fatos, além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de

evidência, o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser avaliado (THOMPSON, 1998, p.145).

Thompson ressalta que todas essas formas de evidências, sejam elas escritas, orais ou visuais, podem ser modificadas ou corrompidas, visto que estão sujeitas a pressões sociais do contexto em que são obtidas. Isso reforça a importância de interpretar as informações à luz do contexto social, uma vez que, ao analisar o significado social subjacente, é crucial para se obter uma interpretação mais precisa e contextualizada.

Durante o século XX, a História Oral foi instituída como uma técnica moderna de documentação histórica, difundindo-se bastante após a invenção do gravador nos Estados Unidos. Desde então, essa técnica expandiu-se consideravelmente, popularizando-se também na Europa e em outros países, como o México.

Atualmente, estamos vivendo um momento de grandes transformações e avanços tecnológicos. A tecnologia se faz cada vez mais presente no nosso cotidiano e está acessível a um grande número de pessoas de diferentes idades e classes sociais. Modifica-se em um ritmo muito acelerado. Nesse contexto, a história oral é de grande relevância nesse processo difuso da informação.

O uso de recursos eletrônicos faz-se necessário na História Oral, uma vez que esses mecanismos auxiliam tanto na gravação quanto na transcrição da entrevista oral. Para Meihy e Holanda (2013, p. 22), a mediação da eletrônica é “uma das marcas da História Oral, como um procedimento novo e renovável, o que deve ficar firmado, porém, é que a História Oral não se faz sem a participação humana direta, sem o contato pessoal”.

É inegável a importância dessas novas tecnologias para a produção da História Oral, mas cabe ressaltar que as entrevistas não se limitam à gravação de sons e imagens. Vão além, captando a percepção das emoções, do riso, das lágrimas simultâneas à fala, do olhar perdido por um instante na vastidão da memória, e isso só será captado por meio da presença física das pessoas.

As autoras Matos e Senna (2011, p. 98) ressaltam que: “Em outros países, a História Oral não possuía a mesma força que nos Estados Unidos dos anos de 1950, utilizada com o intuito de apenas reunir materiais para os futuros historiadores”. Essa seria a primeira geração de historiadores orais.

Na Itália, os pioneiros da segunda geração foram os antropólogos De Martino e Bosio, juntamente com o sociólogo Ferraoti, e tinham como propósito reconstituir a cultura popular

ao fim da década de 60. Para Matos e Senna (2011, p. 98), estes foram mais ambiciosos e não tomavam a fonte oral como um complemento, mas sim como “outra história”. Esse pensamento inovador surgiu mediante dos movimentos feministas e sindicalistas pelo ano de 1968. Já na Espanha, Mercedes Vilanova, professora emérita da Universidade de Barcelona, se destacou por desempenhar um trabalho solitário com fonte oral.

A terceira geração foi marcada pela criação de grupos de historiadores orais (THOMPSON, 1998). Em torno de 1970, houve uma evolução na América Latina no que diz respeito a áreas como história, política e antropologia. Acredita-se que o pontapé inicial para um manifesto sobre História Oral como forma de estudar as classes populares deu-se a partir da criação de um projeto de história oral sobre o mundo operário, na Itália.

Para Thompson (1998, p. 89), a partir da década de 1970, “o método foi vigorosamente revivido em relação à história dos índios, à história dos negros, ao folclore e estendido a novos campos, tal como a história das mulheres”. Percebe-se os grupos que por muito tempo foram silenciados ou deixados de fora da história ganhando um espaço de fala.

Com a criação de associações de historiadores orais, os anos 80 foram favoráveis para História Oral. Alguns acontecimentos, como a queda do muro de Berlim, contribuíram para a expansão do método oral. Historiadores passaram a entender a relevância da história do tempo presente, onde as fontes orais são elementos fundamentais para a compreensão do passado, marcando assim a quarta geração de historiadores. Nesse sentido, Matos e Senna (2011, p. 99) ressaltam que:

os estudos stalinistas, as fontes orais foram mais amplamente exploradas. Muitos historiadores passaram a compreender a importância da história do tempo presente, para a qual as fontes orais são essenciais. Portanto, estruturou-se uma metodologia e uma organização teórica dentro do que passou a se chamar de história oral.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a metodologia foi introduzida no Brasil a partir da criação do Programa de História do CPDOC na década de 1970. No ano de 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral, na qual concentram-se membros de diferentes regiões brasileiras que participam periodicamente de encontros regionais e nacionais.

Antes disso, Mehy e Holanda (2013) apontam uma trajetória chamada "pré-história oral". Em 1975, a Fundação Ford, em acordo com a Fundação Getúlio Vargas, promoveu uma organização em nível nacional, sem muito êxito. De acordo com os autores, alguns fatores,

como a falta de espaços democráticos, bem como a falta de entusiasmo, contribuíram para o fracasso.

Para Meihy e Holanda (2013), o programa de história oral, desde que surgiu até os dias atuais, não teve grandes alterações, ficando mais evidente seu caráter arquivista do que crítico. No que se refere ao uso documental da história oral promovido pelo CPDOC, corrobora para duas tendências antigas recorrentes em nosso meio. São elas:

- 1- o modelo, importado, normalmente norte-americano, pouco supera a sanha de publicação de entrevistas e mesmo assim insistem no crivo sociológico e sociologizante delas; 2- o caráter meramente documental, de propriedade do matéria arquivado, marca da opção institucional voltada exclusivamente à pesquisa acadêmica (MEIHY; e HOLANDA, 2014, p.113).

Desta maneira, contribuindo para um excelente acervo, referência para qualquer trabalho que envolva a elite nacional, principalmente os voltados a autoridades ligadas ao poder. Passados dois anos, em Gotemburgo, na Suécia, em 1996, surgiu a Associação Internacional de História Oral (IOHA - International Oral History Association). Os encontros são bienais e reúnem congressistas do mundo inteiro para discutir diferentes temáticas, que vão desde as questões agrárias até questões de gênero. Tanto nos encontros bienais quanto nos periódicos, há uma edição de uma revista e um boletim.

Marieta de Moraes Ferreira, juntamente com Tania Maria Fernandes e Verena Alberti, organizaram o livro História oral: desafios para o século XXI, fruto dos discursos proferidos durante o X Congresso Internacional de História Oral, realizado em 1998 no Rio de Janeiro. O evento contou com mais de 300 congressistas vindos de 25 países e simbolizou um momento importante da história oral.

Participaram desta conferência grandes estudiosos da história oral, como Philippe Joutard, Mercedes Vilanova, José Carlos Sebe Bom Meihy, Janaína Amado, Alessandra Portell, etc. Esses autores contribuíram para o desenvolvimento de novas temáticas, dentre elas, podemos citar as questões de mestiçagem, desaparecidos políticos, questões agrárias e indígenas, enfim, problemas e desafios sociais existentes dentro e fora do país.

Após a criação da IOHA e com as conferências acontecendo em diferentes lugares, abriu-se um leque para privilegiar trabalhos advindos de outros países como América Latina, Ásia e África. A história oral legitima o trabalho com a história do tempo presente, pois as fontes orais cada vez mais mostram-se importantes na reconstrução de acontecimentos do passado recente. O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto.

O historiador do tempo presente para Chartier (2006, p. 216) "parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói". Isso mostra a importância da empatia e da capacidade do historiador em se colocar no lugar dos atores históricos na reconstrução não só dos eventos, mas também das maneiras de sentir e pensar daqueles que viveram em épocas passadas. Essa aproximação pode proporcionar uma análise mais rica e contextualizada do passado, concedendo ao historiador do tempo presente captar nuances e complexidades nas experiências históricas.

No que se refere a história do tempo presente, Chartier (2006, p.217). ressalta

A história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias.

O autor nos leva a refletir, até onde podemos levar um discurso histórico como verdadeiro? O que sabemos até aqui é que independentemente da fonte de pesquisa, seja oral ou escrita, não é possível reconstruir o passado tal qual ele aconteceu. Chagastelles e Lacerda, (2013, p.5) apontam que "O que temos são fragmentos do passado, narrados por aquele que viveu. Isto nos mostra um ponto central: não existe apenas uma memória ou uma história que dê conta do passado, e sim várias".

Nessa perspectiva, as autoras ressaltam um ponto muito importante: não há uma única memória ou história que possa abranger completamente o passado, mas sim diversas interpretações e narrativas. Isso destaca a subjetividade da memória e a multiplicidade de perspectivas, enriquecendo a compreensão histórica ao reconhecer a diversidade de experiências e interpretações que contribuem para a construção do nosso entendimento do passado.

## **4.2 Memória e História**

Embora seja difícil pensar a história e a memória separadamente, existe uma complexa relação entre ambas. Nora (1993) aponta que uma é antagônica a outra. "No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre

suspeita para história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido.”(NORA, 1993.p 9).

A perspectiva de Pierre Nora sugere que, no cerne da prática histórica, está um criticismo que questiona e destrói a memória espontânea. A visão apresentada indica que a história, por sua verdadeira missão de analisar e interpretar o passado, muitas vezes deslegitima a memória, repelindo-a em busca de uma compreensão mais crítica. Essa abordagem sublinha a tensão inerente entre o relato individual e subjetivo da memória e a busca mais objetiva da verdade histórica, evidenciando a dinâmica desafiadora entre esses dois elementos na construção do conhecimento sobre o passado.

Chagastelles e Lacerda( 2013, p.4 ) ressaltam:

A história enriquece as representações possíveis da memória coletiva, fornecendo símbolos, conceitos, instrumentos rigorosos para que a sociedade pense a si mesma em sua relação com o passado. A história fertiliza a memória, reativando intelectualmente as lembranças. Entretanto, a história pode ser vista como destruidora da memória. A tradição histórica é um exercício regulador da memória. A história: transforma a paisagem da memória espontânea, destruindo-a em história. O peso disciplinar da história volta-se contra a memória social espontânea, enquadrando-a. A fundação da história científica ocorreu como forma de contraposição ao espontaneísmo e à subjetividade da memória. A história é espaço de poder que também produz memórias, mas, dessa feita, dirigi-las.

De acordo com as autoras, existe uma complementaridade entre memória e história. Baseadas em Ricoeur (2008), destacam a memória como matriz da história. Desta forma, a história pode ser compreendida como alimento para a memória, ou o contrário. Pollack (1989, p. 10) salienta que "o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história".

Diante desta dualidade de pensamento com relação à história, cabe aqui ressaltarmos a importância da história oral para a conservação da memória das camadas populares, dos que tiveram sua história negada. Visto que a memória faz parte de nossa identidade, faz parte de quem somos e não está presa ao nosso passado, mas está presente em nossos idiomas, em nossos corpos, no que consideramos importante. A memória tem um papel significativo no fortalecimento da identidade de grupos e comunidades, e a história oral ressalta essa importância. Dito isso, cabe destacarmos diferentes concepções de memória.

Como diz um antigo samba de Victor Espadinha, recordar é viver isso pelo fato de nossa memória ter a capacidade de transitar em diferentes tempos. Rosário (2002) ressalta que

o lugar da memória é, pois, o lugar da imortalidade. Dito isso, a autora nos leva a refletir como pessoas ou coisas se mantêm vivas, mesmo após a morte, permanecendo vivas e fazendo parte da cultura, do pensamento ou sentimento humano.

Através do olhar da mitologia grega, Rosario (2002) aponta para a capacidade que a memória tem em trazer de volta coisas que estavam desaparecidas. Esse recordar também é reviver o que estava no passado.

“Em Platão, o conhecimento é compreendido como reminiscência: é o amor do belo que desperta na alma as lembranças do conhecimento das idéias perfeitas, obscurecidas pela encarnação. Por sua vez, as formas da atividade amorosa - procriação, poesia, legislação - garantem a "memória das virtudes" que conservamos, e garantem "imortal glória e memória" às obras produzidas e deixadas às gerações, como as obras de Homero e Hesíodo” (ROSARIO,2002,p.3)

De acordo com Rosário (2002), a memória não é simplesmente para a aquisição de conhecimento, mas é fundamental para a elaboração de conhecimentos filosóficos, científicos e tecnológicos. "Sem a memória que permita a presentificação do conhecimento, não há o passo adiante."

Para Von Simson (2003, p.14), a memória é "a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos etc.)". A autora aponta para uma memória individual, que são as experiências vividas pelo próprio sujeito. Embora seja individual, esta memória inclui aspectos da memória de grupo. Existe também a memória coletiva, que são fatos considerados importantes pelos grupos dominantes, tornando-as como memória oficial.

Essa memória comumente aparece representada por aquilo que chamamos de lugares da memória. "Lugares da memória que são os memoriais, monumentos, murais, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que exprimem a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade." (Von Simson, 2003, p.15). Por outro lado, existem aquelas memórias que não estão escritas em livros, nem estão monumentalizadas, memórias denominadas de subterrâneas ou marginais. Pode-se considerar essas memórias não oficializadas como o "outros lados da história", outras versões mantidas por várias gerações..

De acordo com Von Simson(2003)

“memórias subterrâneas geralmente se encontram muito bem guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados nos quais são cuidadosamente passadas, de geração a geração, através de relatos, músicas, quadras poéticas, ocasiões em que os membros do grupo se auxiliam mutuamente na tarefa de lembrar, cada um contribuindo com detalhes que detonam processos rememorativos dos outros participantes. É o que denominamos uma construção compartilhada da memória.” (VON SIMSON, 2003, p.15).

Essas memórias subterrâneas podem ser comparadas ao que Pollak (1989) chama de memória "proibida" ou memória "clandestina", ou seja, aquelas jamais expressadas publicamente. “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política” (POLLAK, 1989, p.8).

Com o avanço da tecnologia e a quantidade de informações recebidas diariamente pelos meios de comunicação, perdemos aquilo que a autora chama de “poder de separar”. Certamente, não podemos armazenar tudo o que vemos e aprendemos, e nesse turbilhão de informações, vamos perdendo a capacidade de discernir o que deve ser descartado pela memória do que é realmente importante.

A aceitação de todo tipo de informação nos torna sujeitos acríticos. "A perda do exercício desse poder de seleção nas sociedades atuais constitui o fator fundamental para a formação do que os profissionais da informação chamam de sociedades do esquecimento” (Von Simson, 2003, p.15). Em sociedades mais tradicionais, onde há predominância da oralidade, cabe aos mais velhos a transmissão de fatos que fazem parte de sua cultura, sendo essenciais para a preservação de grupos e contribuindo para sua existência.

O autor destaca a importância de instituições na conservação das memórias, assemelhando ao papel social dos idosos, como bibliotecas, centros de memória, museus, que, seguindo critérios, “realizam o trabalho de coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social, memória essa retida em suportes materiais diversos” (Von Simson, 2003, p.15).

Diante dessa ênfase, reafirma-se o reconhecimento da importância dessa metodologia para a pesquisa, uma vez que priorizou as produções que tratam sobre a pesca por meio da história oral, buscando apresentar e discutir sobre os aspectos educativos presentes na atividade da pesca.

## **5 TECENDO RESULTADOS**

Ao longo deste capítulo, são delineados os resultados da pesquisa decorrente da análise dos artigos selecionados. Na pesquisa no Google Acadêmico, foram encontradas 183 produções bibliográficas. Realizou-se uma segunda etapa para identificar se os títulos abordavam os conteúdos das palavras elencadas, resultando em 43 publicações. Na terceira etapa desta fase de busca no banco de informações, com base no título e na leitura do resumo, 26 trabalhos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão previamente estabelecidos no estudo, totalizando 17 publicações a serem lidas na íntegra. Após essa leitura crítica, restaram 8 trabalhos para análise. Estes estão organizados por nome, revista, ano, autores/as e filiação, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela 1: Produções temáticas**

	Nome	Revista	Ano	Autores/as	Filiação
1	sobre a saudade de um rio: perdas simbólicas dos ribeirinhos do Tocantins	Revista Desafios	2018	Bruno Mendes de Jesus Marina Haizenreder Ertzogue	UFT
2	Percepções dos pescadores sobre as alterações ambientais e da pesca a jusante da barragem da usina hidrelétrica do lajeado, brasil	OLAM - Ciência & Tecnologia	2010	Kelson Dias Gomes Elineide Eugênio Marques Temis Gomes Parente	UFT
3	O acampamento coragem e os impactos gerados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA): narrativas e resistências	Fênix – Revista de História e Estudos Culturais	2020	Laylson Mota Machado Rejane Cleide Medeiros de Almeida	UFT
4	Gênero e trabalho das mulheres pescadoras dos reassentamentos rurais no extremo norte do Tocantins	Revista Desafios	2017	Magna Marinho Ferreira Temis Gomes Parente	UFT
5	De estrada líquida à jazida energética: os sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos	Tempo & Argumento	2019	Temis Gomes Parente Cícero Pereira	UFT UFPA

				da Silva Júnior	
6	“Os sentimentos eles nunca vão indenizar”: tecendo memórias de mulheres ribeirinhas atingidas por barragens	Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis	2018	Ana Daisy Araújo Zagallo Marina Hainzenreder Ertzogue	
7	(In)visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero em Miracema do Tocantins-TO	Revista brasileira de desenvolvimento regional.	2016	Soraya Helena de Araújo Mendes Temis Gomes Parente	
8	A representação feminina no acampamento coragem e a desterritorialização ocasionada pela usina Hidrelétrica de Estreito (MA)	Revista Humanidades e Inovação.	2019	Laylson Mota Machado Airtton Sieben	UFT

Em uma análise inicial, fica evidente a forte presença da Universidade Federal do Tocantins, considerando que todos os oito trabalhos selecionados para a análise têm pelo menos um autor filiado a esta instituição. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2017), o sistema público de universidades torna-se indispensável para um projeto de sociedade baseado na superação de desigualdades, na cidadania e na democracia.

Segundo Chauí (2003), a universidade é uma instituição social que expressa a ordem e o funcionamento da sociedade de modo geral. Sua legitimidade advém da autonomia em relação à religião e ao Estado. Essa autonomia a diferencia de outras instituições sociais, permitindo-lhe estabelecer uma relação de conflito com o Estado ou a sociedade como um todo. Devido a esses conflitos, a universidade pode acabar::

[...][dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.

A autora destaca uma discussão essencial para todo o país, ressaltando a importância da universidade como articuladora de saberes e no enfrentamento das disparidades sociais na região. A temática, cada vez mais presente dentro e fora do meio acadêmico, revela que

quatro dos oito trabalhos abordaram a questão de gênero, especialmente focando na vida de mulheres impactadas pelas Usinas Hidrelétricas.

Essas publicações relacionam-se às construções de Usinas Hidrelétricas e seu impacto direto na vida dos pescadores. Em relação à questão de gênero, alguns trabalhos destacam a (in)visibilidade das atividades pesqueiras realizadas por mulheres, cujo papel muitas vezes é subentendido como "ajuda" aos seus companheiros. A história oral emerge como ferramenta crucial para dar voz a grupos historicamente silenciados.

Para resumir alguns trabalhos selecionados, destaco o estudo de Gomes et al. (2010), que aborda a relação das comunidades de pescadores com o rio, evidenciando modificações ambientais após a construção da Usina Hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães. O estudo enfatiza a importância dos conhecimentos tradicionais dos pescadores, frequentemente negligenciados em Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) vinculados a empreendimentos hidrelétricos.

As entrevistas realizadas com 31 pescadores dos municípios de Lajeado, Tocantínia, Miracema e Pedro Afonso, localizados a jusante do barramento, foram imprescindíveis para registrar o conhecimento empírico desses pescadores tradicionais. Isso inclui a dinâmica do rio e suas percepções sobre alterações ambientais que interferem diretamente em seu cotidiano, como mudanças na turbidez da água, erosões e alterações na diversidade e na mortandade de peixes.

Ferreira e Parente (2017) analisaram a atividade profissional de pesca das mulheres impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. O foco era a questão de gênero vivenciada por essa população em relação à atividade pesqueira. O estudo abordou a história oral como método para reconstruir experiências e lutas vividas cotidianamente. Os autores concluíram que ainda existe invisibilidade nas atividades das mulheres pescadoras, muitas vezes não reconhecidas como capazes de desempenhar a pesca.

O estudo de Mendes e Parente (2016) teve como objetivo analisar a invisibilidade das atividades pesqueiras realizadas por mulheres associadas à colônia de pescadores profissionais artesanais Z-16 em Miracema do Tocantins e Tocantínia. Foram realizadas 32 entrevistas, destacando a existência de desigualdade de gênero no setor pesqueiro, especialmente para as mulheres casadas, cujo trabalho é muitas vezes percebido como "ajuda".

Zagalo e Ertzogue (2018) abordaram a vulnerabilidade emocional das mulheres ribeirinhas, com destaque para as mulheres idosas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito - MA. O estudo destacou a desterritorialização como causa de vulnerabilidade, afetando não apenas aspectos econômicos, mas principalmente emocionais e simbólicos. As entrevistas com mulheres idosas do acampamento São José revelaram uma vulnerabilidade afetiva, resultando em incerteza quanto ao futuro, tristeza e depressão.

Machado e Almeida (2020) pesquisaram a percepção dos moradores do Acampamento Coragem em relação aos impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Destacaram a desterritorialização e a dificuldade na pesca como impactos significativos, resultantes do "progresso" impulsionado pela promoção da economia nacional. Concluíram que o sistema capitalista reproduz as desigualdades sociais na sociedade.

Machado e Sieben (2019) analisaram a representação feminina no acampamento Coragem, destacando a liderança de Dona Jurema, pescadora, militante do Movimento Atingidos por Barragem e líder do acampamento. O estudo evidenciou o papel positivo da liderança feminina frente às demandas do acampamento, ressaltando a importância do movimento social como fator formativo educacional e político.

Jesus e Ertzogue (2018) centraram sua pesquisa em dois reassentamentos rurais, Flor da Serra e Luzimangues, construídos pela Investco para a Usina Hidrelétrica de Lajeado. Analisaram o processo de deslocamento de famílias reassentadas, compreendendo a dinâmica entre a comunidade ribeirinha e o rio. Destacaram as perdas simbólicas, afetivas e de saberes tradicionais, além dos impactos silenciosos e imateriais que deixaram a comunidade em condições socioeconômicas precárias.

Parente e Silva Junior (2019) buscaram compreender de que forma as transformações ocorridas no rio Tocantins durante os séculos XX e XXI modificaram a vida e a percepção das populações que dependem diretamente do rio, salientando sobre o surgimento de algumas cidades que ficam às margens do rio e como este já foi uma importantíssima rota fluvial, sendo um importante elo econômico entre o sertão sul-maranhense e extremo norte goiano.

Com o objetivo de trazer para a discussão o sentido do rio para as pessoas que vivenciaram sua perda. Os autores realizaram entrevistas orais com atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, em sua maioria moradores da Ilha de São José, entre os anos 2008 e 2018, período em que se deu início a construção da barragem até a saída das famílias e seu restabelecimento em reassentamentos.

Embora o trabalho não dê ênfase na pesca em si, traz de um modo geral as experiências daqueles que dependiam do rio, agricultores, barqueiros e pescadores. O estudo possibilitou aos autores concluírem que a história do rio Tocantins está inevitavelmente imbricada na história das relações humanas que se deram no rio Tocantins.

Em olhar mais aprofundado pode-se observar que os trabalhos em sua maioria possuem aspectos educativos relacionados à pesca, tanto no âmbito informal como não formal, assim como é possível observar esse processo educativo se perdendo em decorrência das transformações no ambiente. Para aprofundamento da análise cabe salientar excertos ou frases encontradas nessas produções que fundamentam a afirmativa.

As transformações no ambiente estão diretamente ligadas às construções de hidrelétricas ao longo do rio Tocantins. Parente e Silva Junior (2019) apontam que o rio vem se consolidando em uma imensa “escadaria” de lagos artificiais, isso tem se tornado um pesadelo na vida dos pescadores, sobretudo daqueles que viviam às margens do rio e tiveram que ser desapropriados das áreas que seriam impactadas, muitos desses ribeirinhos foram forçados a sair de suas casas e realocados em outros lugares, lugares às vezes muito distante do rio.

Almeida e Machado (2020) ao questionarem os pescadores sobre o que a barragem representa na vida deles, os pescadores foram bastante convictos ao responderem:

Prejuízo. Acabou com a nossa renda de peixe. Não tem peixe, não tem nada. Hoje só tem fome, mais nada. (PESCADOR D, 2018, 58 anos) Tristeza, porque ia acabar com o nosso lazer, de onde a gente tira nosso sustento. (PESCADOR E, 2018, 53 anos) Eu perdi muita coisa, lá eu tinha tudo. Não tem nada de bom (a barragem), só tem muita destruição. (PESCADOR F, 2018). ALMEIDA E MACHADO (2020, p. 146)

Muitos desses ribeirinhos não conseguiram se adaptar a esse novo modo de viver, principalmente os mais velhos, Maria Aparecida concedeu uma entrevista em 2015 à Zagallo e Ertzog (2018, p.95) na época a entrevistada tinha 54 anos.

*Porque eu não quero ficar longe do rio. Eles (funcionários do Ceste) vieram aqui e eu falei para eles eu não quero. Pescador não pesca no poço, e eu falei isso pra eles. Pescador não pesca no poço, só pesca no rio. E eu tenho meu material de pesca e tenho minha canoa e eu quero pescar no rio.*

A fala de Dona Maria representa o problema enfrentado por vários pescadores destinados a viver longe do rio, enfrentando problemas como escassez de água e até mesmo água salobra. As construções de barragens acarretam perdas culturais, econômicas e sociais para os ribeirinhos. Considera-se importante fazer esses apontamentos sobre as mudanças

relacionadas à pesca para compreender onde estão presentes os aspectos educativos característicos dessa atividade e como correm o risco de se perderem em decorrência dessas mudanças. Sob este prisma, cabe ressaltar Mendes e Araújo (2016, p. 192).

*Comecei agora a **aprender** com ele. Ele sempre já trabalhava né, nessa parte, e outra coisa que eu vi com um colega da gente também na parte que sempre chega aqui com as redes só os buracos e fazer emendar ela, mais prático aí, até que ficou de eu voltar lá pra mim pegar umas aulinhas com ele pra ficar mais fácil. Gente, porque tá caro o pano de rede.* (Maria José de Andrade Reis)

A fala de Maria refere-se à confecção da rede de pesca. Outra experiência que evidencia a geracionalidade do saber popular da pesca (MENDES E ARAUJO, 2016,p.192) ressalta :

*Eu comecei com uns três anos, quatro anos de idade, meu pai me levava para beira do rio lá na roça, na fazenda, aí eu comecei a pescar com ele, que me **ensinou**. Meu pai já é falecido, já eu tô com 49 anos, acho que tem uns 40 a 39 anos que eu pesco, mas que eu vim mesmo com minha carteirinha e assinar minha carteirinha mesmo foi agora depois da colônia....* (Ercivane Pereira Campo)

Neste contexto, é possível identificar, nos excertos citados, um processo de ensino relacionado à pesca, característico de uma educação informal que ocorre no âmbito familiar, onde os saberes são transmitidos de geração em geração. Como evidenciam Gomes e Sieben (2019, p. 286): “a relação de Dona Jacirene com o rio é marcada historicamente pela profissão seguida pelo pai, a pesca é sua principal atividade de subsistência.”

A família desempenha uma função crucial nesse processo de transmissão de saberes, habilidades, manejo e conteúdos, adquiridos por meio das relações cotidianas. "A criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa" (BRANDÃO, 2004, p.18). O ambiente familiar propicia a troca de saberes intergeracionais e intrageracionais, "intergeracional - relações recíprocas entre as diferentes gerações - e intrageracional - interações que acontecem entre pessoas que pertencem à mesma geração" (GARCIA, 2007, p.1).

Dona Jacirene é uma figura crucial para essa discussão, sendo mencionada em dois dos trabalhos em análise por ser mulher, negra, pescadora e militante, despertando olhares e inspirando pesquisas que abordam a pesca, questões de gênero e movimentos sociais. O conhecimento de Dona Jacirene perpassa pela educação informal e não formal, já que ela faz parte do MAB e, junto a esse movimento, aprendeu a lutar por seus direitos, como elucida Gohn (2011).

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos

em contato com as instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dando o carácter educativo de suas ações (GOHN, 2011, p. 339).

A contribuição das associações em defesa das populações que dependiam ou ainda dependem da pesca e do cultivo é considerada um fator relevante. Muito embora os autores não expliquem sobre a interação destes com essas organizações, evidentemente, os saberes ali adquiridos e/ou compartilhados fomentam a luta por seus direitos.

Ao analisar os ribeirinhos reassentados na zona rural de Porto Nacional-TO, Jesus e Ertzogue (2018, p.172) apontam: “estão organizados por meio de uma associação, fundada em 19 de junho de 2002, e sua atividade principal é a defesa dos direitos sociais das famílias que moram no local.” A cada quatro anos, escolhem um novo representante. Não muito distante dessa realidade, motivados pela falta de assistência por parte do poder público, os moradores do reassentamento Luzimangues se organizaram por meio da Associação de chacareiros e moradores de Luzimangues. (JESUS E ERTZOGUE, 2018).

Machado e Almeida (2020 p.149) observaram a importância que os moradores atribuem ao MAB: “todos destacaram seu papel na luta pelos direitos, tendo alguns deles destacado que se não fosse a ajuda do movimento, eles não estariam naquele território”.

Reassentados em outro lugar, distante do rio, há uma interrupção no modo de vida dessa população. A pesca, enquanto tradição, vai se tornando algo cada vez mais distante da realidade dos reassentados, e os conhecimentos repassados de pais para filhos vão se perdendo na medida em que o cenário muda, e esses pescadores se adaptam, deixando os velhos hábitos e costumes.

*“**tinha** peixe também [...], era um peixe fresquinho, ali na hora. O meu companheiro só falava assim: “cozinha aí o arroz que eu vou ali no rio pegar um peixe fresquinho, da hora”. Ia lá, pegava o peixe, trazia fresquinho para casa. Aquilo para mim era bom demais, tinha peixinho para os meus filhos também. Aí, mudou demais; lá a gente escolhia o peixe que a gente queria comer, depois pode vir uma piaba do jeito que vier tem que aceitar [risos] tem que aceitar [risos]. E lá não, era da escolha”. (NASCIMENTO, 2018 informação oral).(PARENTE; SILVA JUNIOR, 2019.p.169)*

*“Meu marido **era** pescador e no período de praias a gente aproveitava e montava uma barraca na ilha e lá ficava até terminar a temporada. [...] Além de fazer pote, lavava roupas na beira do rio sempre que precisava, nada faltava, era uma vida de fartura.” (CARVALHO,2016 informação oral) (JESUS; ERTZOGUE 2018, p.174).*

O verbo "ser" e "ter" conjugado no passado, tanto na fala de Deuzimar quando se refere ao marido, quanto no outro trecho acima, trazem de forma concreta a mudança ocorrida na vida desses povos. Uma mudança um tanto brutal impactou de forma direta suas vidas econômica, social e cultural.

Neste sentido, Gomes et al. afirmam que “O conhecimento dos pescadores artesanais na área de estudo encontra-se em vias de extinção. Agravado pelo estado de pobreza e despreparo para enfrentar as novas demandas impostas com as mudanças ocasionadas pela UHE de Lajeado” (GOMES et al. 2010, p. 174). Uma vez que há mudança no ambiente, nos hábitos, nas crenças desses povos, compromete que os conhecimentos adquiridos por esses pescadores sejam repassados de geração a geração.

## **CONSIDERAÇÕES**

Retomando a questão inicial deste estudo, questionamo-nos sobre os conhecimentos gerados acerca dos aspectos educativos da pesca no Rio Tocantins, por meio da História Oral. As análises revelam que as produções levantadas oferecem insights sobre as relações de produção de saberes populares, destacando a educação informal e não-formal nos espaços de pesca artesanal na região norte do Tocantins. É crucial reconhecer as continuidades e discontinuidades entre as gerações, revelando as transformações no trabalho da pesca e os impactos ambientais que acompanham essa evolução.

As unidades temáticas emergentes destacam o trabalho da pesca como um fenômeno permeado por mudanças profundas e seus correlatos impactos ambientais, sinalizando uma mudança geracional na prática da pesca. Além disso, observa-se a emergência da perspectiva de gênero nas relações ligadas à pesca e a oralidade como resistência às mudanças, contrapondo-se à imposição de determinados conhecimentos em detrimento dos saberes populares.

Ao analisar os trabalhos, constata-se que os pescadores possuem um acervo de conhecimentos transmitidos de geração em geração, porém, tais saberes enfrentam o risco de extinção devido às transformações no ambiente e no estilo de vida dos ribeirinhos.

No âmbito da educação não-formal, destaca-se a importância dos movimentos sociais, colônias e associações na vida dos ribeirinhos, atuando de maneira a suprir, em parte, o papel do poder público e servindo como catalisadores de luta e resistência. Emerge claramente o

caráter político da educação não-formal, quando os ribeirinhos se reúnem e se organizam para debater e resolver os desafios enfrentados pela comunidade, buscando transformar sua realidade.

Observa-se, ainda, que as lutas pela permanência nas terras, especialmente por meio do movimento dos atingidos por barragem, levaram muitos a reconhecer seu papel político e social. Esta dinâmica reforça a característica marcante da educação popular, conforme nossos referenciais, que a concebem como instrumento de conscientização e politização.

Portanto, este trabalho não se encerra, mas entra em pausa para atender às exigências de um trabalho de conclusão de curso. Contudo, fica aberta a possibilidade de aprofundamento futuro, gerando novos questionamentos e percepções que possam enriquecer ainda mais a compreensão dos aspectos educativos da pesca no Rio Tocantins."

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 1999.

BRANDÃO. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

———. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004

———. FAGUNDES, M. C. V. **Cultura popular e educação popular**: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016

CHAGASTELLES, Gianne; LACERDA, Gislene. História oral, memória e história do tempo presente: debate conceitual e de sentidos. X Encontro Regional Sudeste de História Oral. Campinas: UNICAMP, 2013.

CHARTIER, Roger. "A visão do historiador modernista" In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

CHAUÍ, Marilena A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2003, n. 24 [Acessado 4 Dezembro 2021] , pp. 5-15. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>>.

CLARO, Lisiane Costa. Entre a pesca e a escola: a educação dos povos tradicionais a partir da comunidade pesqueira na ilha da Torotama (Rio Grande/RS). 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). Imagem das águas. São Paulo, Hucitec, 2000. p. 101-110.

DIEGUES, A.C. A Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro: Cenários e Estratégias para sua Sobrevivência. Instituto Oceanográfico. Cidade Universitária. São Paulo. Brasil. 44 pp. (1988).

\_\_\_\_\_. VIANA, V. M. (Orgs.). Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004. 273 p.

\_\_\_\_\_. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI. Moacir. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL/NÃO-FORMAL, 2005.

GARCIA, N. M. (2007). **Educação nas famílias de pescadores artesanais**: transmissão geracional e processos de resiliência. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, RS, FURG.

GARNICA, A. V. M. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da história. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil –UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Germano, José Willington As quarenta horas de Angicos. *Educação & Sociedade* [online]. 1997, v. 18, n. 59, p. 391-395. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000200009>>. Epub 21 Jun 2001. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000200009>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2006, vol. 4, n. 50.

GONH. Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor, 4. ed , São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Júlia; SENNA, Adriana de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historia e. v. 2. n. 1. 2011. p. 95-108.*

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. História oral: como fazer, como pensar, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001, 01, p. 09-29.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos PósGraduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. n. 10. São Paulo. p. 7-40 1993.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 2. n. 3. p. 3-15 1989.

PALUDO, Conceição. **EDUCAÇÃO POPULAR COMO RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015

PALUDO, Conceição. **Educação Popular**. In: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2018.

PARENTE, Temis Gomes; SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **De estrada líquida à jazida energética: os sentidos do rio Tocantins na memória oral dos ribeirinhos**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 156 - 180, set./dez. 2019.

PEREIRA; Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. **REVISITANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL: EM BUSCA DE UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010.

PEREIRA, Roberta Avila. **Educação Ambiental Popular e o PAIETS: compreensões sobre o horizonte formativo de um programa de extensão**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2020.

RAMIRES, J.C.L., and PESSÔA, V.L.S. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 22-35. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0003>

ROSARIO, Cláudia. O lugar Mítico da Memória. Morpheus. ano 1. n. 1. 2002.  
SEVERINO, Antônio Joaquim, Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico] – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, André Sousa; SILVA, Diôgo Rodrigues da. Pesca artesanal na região do Vale do Araguaia: desafios e perspectivas, Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 12, p.33199-33212 dez. 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES. Eстера Muszkat, Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A EDUCAÇÃO POPULAR NOS ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR: O MÉTODO PAULO FREIRE, A JUSTIÇA FARDADA E AS REAÇÕES CONSERVADORAS.** Campina Grande, EDUEPB, 2018.

STRECK, Danilo. **A educação popular e a (re)construção do público.** Há fogo sob as brasas? Há fogo sob as brasas. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

THOMPSON, P. A voz do passado – História Oral. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes . **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento.** Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, n. 6, p. 14-18, mai. 2003.

Vidal, D. G. **De Heródoto ao Gravador: Histórias da História Oral.** Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, p. 77-82.

ZITKOSKI, J. J. Educação popular e movimentos sociais na América Latina: o desafio da participação cidadã. Educação, Santa Maria, v. 42, n. 1, p. 73-84, jan./abr. 2017.